

Geopolítica e Postura Estratégica dos Estados Unidos na Crise da Venezuela

Geopolitics and Strategic Posture of the United States in the Venezuela Crisis

Augusto W. M. Teixeira Júnior*

RESUMO

O presente artigo analisa o engajamento dos Estados Unidos da América na crise da Venezuela sob a ótica da geopolítica e de sua postura estratégica. O artigo aborda como os Estados Unidos reagem à crescente influência russa e chinesa na América Latina e Caribe. De forma a melhor delimitar a análise, o cenário regional em evidência é aquele da crise da Venezuela. Em seguida são avaliados distintos esforços para incluir países da América do Sul em arranjos de segurança sob a lógica dos EUA. Nessa questão serão debatidas as recentes experiências da inclusão da Colômbia como *NATO Global Partner* e a atribuição ao Brasil pelos Estados Unidos do status de *Major non-NATO ally*. No contexto de uma crescente presença sino-russa no cenário latino-americano, ambiente de tradicional influência dos Estados Unidos, o artigo lança a questão de se estaria em curso a tentativa de replicar na região um esquema de contenção similar ao existente na Europa e suas potenciais implicações para o Brasil.

Palavras-chave: Geopolítica; Postura Estratégica; América Latina e Caribe; Estados Unidos.

ABSTRACT

This paper analyzes the engagement of the United States of America in the Venezuelan crisis from the perspective of geopolitics and its strategic posture. The paper discusses how the United States reacts to the growing Russian and Chinese influence in Latin America and the Caribbean. In order to better delimit the analysis, the regional scenario in evidence is that of the Venezuelan crisis. Different efforts to include South American countries in security arrangements under US logic are evaluated. On this issue it will be discussed the recent experiences of Colombia's inclusion as a NATO Global Partner and the assignment of Major non-NATO ally status to Brazil by the United States. In the context of a growing Sino-Russian presence in the Latin American, an environment of traditional US influence, the paper raises the question of whether an attempt to replicate a similar containment scheme in Europe is underway in the region and what are its potential implications to Brazil.

Keywords: Geopolitics; Strategic posture; Latin America and the Caribbean; United States.

*Doutor em Ciência Política (UFPE). Pós-doutor em Ciências Militares (ECEME). Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEX) e do INCT-INEU.

Sumário Executivo

Produto da linha de pesquisa de “Geopolítica e Estratégias Militares” do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx), o presente artigo é o terceiro de uma série de três textos que investigam a atuação das grandes potências (China, Rússia e Estados Unidos)¹ no entorno estratégico brasileiro. Partindo da relevância de uma compreensão geral da geopolítica das grandes potências na América Latina, os ensaios tiveram como ponto focal da investigação a crise da Venezuela. No presente documento é analisada a geopolítica e a postura estratégica dos Estados Unidos da América na crise do respectivo país. O estudo em tela será posteriormente mobilizado em um artigo síntese em que investiga de forma detalhada as implicações para o Brasil e o Exército dessa disputa geopolítica.

O presente artigo analisa o engajamento dos Estados Unidos da América na crise da Venezuela sob a ótica da geopolítica e de suas posturas estratégicas. Na primeira seção são analisadas a grande estratégia e a geopolítica dos EUA para a América Latina. A partir de tipologias sobre correntes da política externa americana, analisamos como a administração Trump marca um movimento de mudança aguda em relação as correntes tradicionalmente dominantes (Hamiltonianos e Wilsonianos). A partir da tipologia da corrente Jacksoniana, abordamos como a atual administração avalia o que entende por fenômenos caros aos Estados Unidos, em especial a sensação de perda de poder relativo, a erosão de suas capacidades militares e a atrofia estratégica gestadas em governos anteriores. É imerso nessa configuração de ideias que o artigo aborda como a presidência Trump reage à crescente influência russa e chinesa na América Latina e Caribe. De forma a melhor delimitar a análise, mas não se detendo a ele, o cenário regional em evidência é aquele da crise da Venezuela.

Num segundo momento, o artigo analisa a postura estratégica dos Estados Unidos sobre a Presença Sino-Russa na Venezuela. Nesse momento investigamos como os EUA percebem o transbordamento para o Hemisfério Americano da disputa geopolítica entre ele, Rússia e China. É apresentado no texto como diversos membros da administração Trump parecem, de maneira coerente, trazer para as relações hemisféricas ideias como a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt. Em decorrência da potencial mudança do status da América Latina na estratégica do atual governo americano, enunciado pelo exposto em documentos oficiais, escrutinamos possíveis desdobramentos geopolíticos para a região.

A terceira seção ocupa-se de entender quais os possíveis rebatimentos para o Brasil e o Exército dessa configuração geopolítica nas américas. Para tal, foi enfatizado na análise os efeitos das respostas dos EUA. Foram avaliados distintos esforços para incluir países da América do Sul em arranjos de segurança sob a lógica dos EUA. Nessa questão serão debatidas as recentes experiências da inclusão da Colômbia como *NATO Global Partner* e a atribuição ao Brasil pelos Estados Unidos do status de *Major non-NATO ally*.

Por fim, o artigo conclui que apesar da crescente presença sino-russa no cenário latino-americano, ambiente de tradicional influência dos Estados Unidos, não é possível afirmar que estaria em curso a tentativa de replicar na região um esquema de contenção similar ao existente na Europa.

¹ Os respectivos artigos encontram-se devidamente referenciados ao final do texto identificados pelo autor TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.

1. Grande Estratégia e Geopolítica dos Estados Unidos

A posse do presidente Donald J. Trump marcou um ponto de mudança fundamental nos Estados Unidos. Não obstante um membro do Partido Republicano a décadas, Trump não figurava entre os principais protagonistas do Partido, nem se ombreava a linhas como a dos Neoconservadores do ex-Presidente George W. Bush, expressiva nas últimas décadas. Por sua vez, Trump seria identificado mais claramente com a vertente política conhecida como *AltRight*, tornando-se o primeiro “outsider” da política a ser empossado presidente dos Estados Unidos da América desde o final da Guerra Fria.

Conforme os debates entre os Trump e Hillary demonstrariam em 2016, caso eleito, Trump alteraria a forma como a grande estratégia dos Estados Unidos seria conduzida. Para melhor compreendermos as grandes linhas da grande estratégia dos EUA, recorremos a tipologia sobre os modelos de política externa elaborados por Walter Russell Mead (1999; 2017). De acordo com Mead, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a grande estratégia dos Estados Unidos era moldada por duas escolas de pensamento: os Hamiltonianos e os Wilsonianos². Os primeiros preconizavam a ideia de que aos EUA cabia substituir o Reino Unido como arquiteto e mantenedor da ordem internacional liberal do pós-guerra, tendo na economia seu elemento fundamental. Os segundos, entendiam a ordem global liberal como vital aos interesses dos Estados Unidos, mas no lugar da economia centravam nos valores, ilustrado pela ênfase no institucionalismo liberal e na promoção das instituições democráticas³ (MEAD, 2017).

² Escolas de pensamento representativas do espírito chamado de “intervencionista” no âmbito do debate entre intervencionistas e isolacionistas na primeira metade do século XX.

³ A promoção da democracia e de instituições ocorreria independente do Partido no poder. Esse processo poderia se dar pela busca de maior integração global (globalização) como pela ação unilateral com uso da força, como ilustrado pela posição neoconservadora no pós 11 de Setembro de 2001 (MEAD, 2017).

Apesar dos debates entre as correntes e de suas diferenças, existia uma perspectiva compartilhada sobre a importância da defesa e expansão da ordem liberal global, orientados por uma orientação global dos Estados Unidos.

O advento de Donald Trump como presidente enuncia a retomada no debate sobre grande estratégia dos EUA de duas outras correntes antes enfraquecidas à luz da força da orientação global do país⁴. A corrente Jeffersoniana, representada pelos senadores Rand Paul e Ted Cruz, aporta uma leitura realista das relações internacionais que enseja a redução do perfil global dos EUA, reduzindo assim custos de sua política externa (MEAD, 2017). No entanto, a vitória do Presidente Trump representa a vitória da corrente Jacksoniana. De acordo com Mead (2017, s/p),

“Para os jacksonianos - que formaram o núcleo da base apaixonadamente solidária de Trump - os Estados Unidos não são uma entidade política criada e definida por um conjunto de proposições intelectuais enraizadas no Iluminismo e orientadas para o cumprimento de uma missão universal. Pelo contrário, é o Estado-nação do povo americano, e suas principais questões são domésticas. Os jacksonianos veem o excepcionalismo americano não como uma função do apelo universal das ideias americanas, ou mesmo como uma função de uma vocação americana única para transformar o mundo, mas como enraizada no compromisso singular do país com a igualdade e a dignidade dos cidadãos americanos.”⁵ [tradução nossa].

⁴ Tanto a corrente Jeffersoniana como a Jacksoniana são correntes identificadas com a posição classicamente ligada ao isolacionismo na política externa dos EUA.

⁵ No original: “For Jacksonians—who formed the core of Trump’s passionately supportive base—the United States is not a political entity created and defined by a set of intellectual propositions rooted in the Enlightenment and oriented toward the fulfillment of a universal mission. Rather, it is the nation-state of the American people, and its chief business lies at home. Jacksonians see American exceptionalism not as a function of the universal appeal of American ideas, or

Enquanto o Presidente Bush Jr., amparado numa perspectiva Wilsoniana embebida num marco neoconservador, super estendeu (*Imperial overstretch*) a atuação global dos EUA na promoção da democracia no Oriente Médio, dando início à mais longa guerra da história daquele país (Afeganistão), o Presidente Obama, um Hamiltoniano, reduziu a pegada estratégica calcada antes no uso unilateral da força militar, buscando engajar competidores dos EUA através de mecanismos econômicos como a *Trans-PacificPartnership* (TPP). Ligado a uma tradição Jacksoniana, o Presidente Trump promove uma releitura de como a grande estratégia dos EUA será desenhada e conduzida durante o seu mandato⁶.

A corrente Jacksoniana é entendida por Mead (1999, 2017) como de orientação populista, nacionalista e voltada a uma orientação muito mais centrada nos problemas domésticos dos Estados Unidos. Em síntese, os Jacksonianos veem o ambiente internacional como uma fonte de perigo e não como uma oportunidade, como o fazem os Hamiltonianos e Wilsonianos. Baseado no que o Presidente Trump chama de “realismo de princípios” (*principledrealism*), os Estados Unidos concebem cada vez mais o mundo com um ambiente competitivo, no qual potências revisionistas desafiam o poder americano, sua influência e interesses⁷ (YOSHITANI, 2018).

even as a function of a unique American vocation to transform the world, but rather as rooted in the country's singular commitment to the equality and dignity of individual American citizens.” (MEAD, 2017, s/p)

⁶ Complementar ao uso da tipologia de Mead sobre correntes da grande estratégia dos EUA, é possível adotar outra tipologia a caracterizar a atuação dos presidentes Bush Jr., Obama e Trump: doutrina da preempção, consequencialismo e realismo de princípios, respectivamente. Este último, ora adotado por Trump, teria sido articulado inicialmente pelo Presidente George Washington (GIBSON, 2019). Uma abordagem alternativa, útil para o estudo da postura estratégica e grande estratégia das grandes potências é a da Cultura Estratégica (ROMANA, 2016).

⁷ Para uma perspectiva crítica sobre o *PrincipledRealism*, ver Morgan (2019). Para uma leitura positiva, ver Babones (2018).

Essa perspectiva prioriza a soberania em detrimento do universalismo como elemento de orientação e posicionamento do estado nas relações internacionais. Essa posição produz impactos importantes sobre como os EUA veem e agem no mundo, inclusive na América Latina e Caribe. O realismo de princípios do Presidente Trump dá sentido à plataformas de campanha e governo como o “AmericaFirst” e “Make AmericaGreatAgain”. O primeiro, reafirma a centralidade da perspectiva nacional em detrimento do global, enfatizando a soberania e o nacionalismo como valores orientadores da ação política. O segundo, se apresenta como uma reação à percepção de deterioração do poder americano nas últimas décadas de prevalência de orientações percebidas como globalismo. A lente Jacksoniana da grande estratégia da administração Trump entende que não apenas a ordem liberal do pós-Segunda Guerra Mundial está se enfraquecendo, mas também como China e Rússia a estão minando ao passo em que exploram os seus benefícios (ESTADOS UNIDOS, 2018a). Um dos sinais expressivos da perda de poder relativo percebida pela presidência Trump é a erosão da superioridade militar dos EUA, calcada na primazia tecnológica agora fortemente contestada por potências como China e Rússia (ELLMAN, SAMP E COLL, 2017). Esse ponto é muito bem declarado logo no início da *NationalDefenseStrategy*⁸ (ESTADOS UNIDOS, 2018a, p.1) ao afirmar que,

Hoje, estamos emergindo de um período de atrofia estratégica, cientes de que nossa vantagem militar competitiva está se deteriorando. Estamos enfrentando um aumento da desordem global, caracterizada pelo declínio da ordem internacional baseada em regras de longa data - criando um ambiente de segurança mais complexo e volátil do que qualquer outro que experimentamos na memória recente. A competição estratégica interestatal, e não o

⁸ O presente artigo analisou a versão sumarizada da *NationalDefenseStrategy*, dado que versão completa não está disponível ao público.

terrorismo, é agora a principal preocupação de segurança nacional dos EUA.⁹ [tradução nossa].

Essa nova orientação afetará não apenas a política externa dos Estados Unidos, mas a sua grande estratégia, seus objetivos e como os seus meios serão empregues. Sobre esse assunto a *National Security Strategy* (ESTADOS UNIDOS, 2017) da era Trump, publicada em dezembro de 2017, é ilustrativa desse argumento. Logo em seu início é exposto que os Estados Unidos enfrentam um mundo extraordinariamente perigoso, no qual quando Trump assumiu, *rogue states* desenvolviam armas nucleares e mísseis, grupos terroristas floresciam, potências rivais minavam interesses dos EUA ao redor do globo. No plano doméstico, os EUA eram prejudicados pela atuação de carteis de drogas, comércio injusto e compartilhamento desigual de responsabilidades junto a aliados (ESTADOS UNIDOS, 2017, p.1).

A essa conjuntura desfavorável, vista como evidência do declínio da posição e poder dos Estados Unidos no mundo, o Pilar III – “*Preserve Peace Through Strength*” aporta uma interpretação mais estrutural a qual merece uma citação literal,

Uma continuidade central na história é a disputa pelo poder. O período atual não é diferente. Três principais grupos de desafiadores - as potências revisionistas como a China e da Rússia, os *rogue states* como Irã e da Coreia do Norte e organizações transnacionais ameaçadoras, particularmente grupos terroristas *jihadistas* - estão competindo ativamente contra os Estados Unidos e nossos aliados e parceiros. Embora sejam de natureza e magnitude diferentes, esses rivais

⁹ No original: “Today, we are emerging from a period of strategic atrophy, aware that our competitive military advantage has been eroding. We are facing increased global disorder, characterized by decline in the long-standing rules-based international order—creating a security environment more complex and volatile than any we have experienced in recent memory. Inter-state strategic competition, not terrorism, is now the primary concern in U.S. national security.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017b, p.1).

competem em arenas políticas, econômicas e militares e usam tecnologia e informações para acelerar essas competições, a fim de mudar o equilíbrio regional de poder a seu favor. São disputas fundamentalmente políticas entre aqueles que favorecem os sistemas repressivos e aqueles que favorecem as sociedades livres.” (ESTADOS UNIDOS, 2017, p.25).¹⁰ [tradução nossa].

Reafirmando um primado da tradição realista, a Estratégia reconhece a disputa pelo poder como elemento central da história e da contemporaneidade. Em disputa com os Estados Unidos, as potências revisionistas, os *rogue states* e as organizações transnacionais possuem a capacidade de afetar distintamente equilíbrios regionais no momento favoráveis aos Estados Unidos e seus aliados. Outro fator digno de nota é que essa disputa não se confunde com guerra (LAYTON, 2018), sendo essa uma exacerbação do nível de intensidade e violência da disputa geopolítica em curso. A competição se processa em todos as expressões do poder nacional, ferramentas da grande estratégia. Por essa razão a citação acima menciona as arenas política, econômica, militar e a importância do que entendemos como esfera informacional. Por fim, conecta a disputa geopolítica a uma oposição existencial entre sociedades livres (democracias) e sistemas repressivos, dando eco ao lado valorativo do realismo de princípios mobilizado pelo Presidente Trump.

Em termos geopolíticos, a agora manifesta disputa geopolítica entre grandes potências ganha expressões do clássico

¹⁰ No original: “A central continuity in history is the contest for power. The present time period is no different. Three main sets of challengers — the revisionist powers of China and Russia, the rogue states of Iran and North Korea, and transnational threat organizations, particularly jihadist terrorist groups — are actively competing against the United States and our allies and partners. Although differing in nature and magnitude, these rivals compete across political, economic, and military arenas, and use technology and information to accelerate these contests in order to shift regional balances of power in their favor. These are fundamentally political contests between those who favor repressive systems and those who favor free societies.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p.25).

antagonismo *mackinderiano* entre oceanopolítica e continentalismo, representado pelos Estados Unidos e Rússia respectivamente (KAPLAN, 2013; TEIXEIRA JÚNIOR, 2018). Somados a China, cada vez mais assumindo um perfil anfibio, a competição entre grandes potências tem na crise da Venezuela uma arena dentro da esfera de influência imediata dos Estados Unidos (ONER e SHEHADEH, 2019).

Sobre China e Rússia, a Estratégia é clara. Segundo o documento, ambos os países buscam moldar o mundo distinto dos valores e interesses dos Estados Unidos. Sinais dessa vontade seriam os esforços chineses para desalojar os EUA da região do Indo-Pacífico, reordenando a região à luz de seu modelo econômico. Por sua vez, a Rússia estaria em busca de restaurar seu status de grande potência e estabelecer uma esfera de influência próximo de suas fronteiras (ESTADOS UNIDOS, 2017, p.25; GURGANUS, 2018; ELLIS, 2018). Entretanto, destacando ainda mais a situação

de competição e não-guerra, o mesmo documento expõe o entendimento de que as preferências de ambos os competidores face aos EUA não são fixas, estando os EUA abertos para cooperar em áreas de mútuo interesse.

Outro aspecto abordado na Estratégia de Segurança Nacional de 2017 que vale a pena refletir é o que o texto chama de Estratégia em um Contexto Regional. Conforme percebido na Figura 1, dada a presença global dos Estados Unidos, o documento aponta que o país teria que moldar as suas abordagens para as diferentes regiões com fins de proteger os interesses nacionais dos EUA (ESTADOS UNIDOS, 2017, p.45).

Mostra-se evidente como mudanças nos equilíbrios regionais de poder podem ameaçar interesses dos EUA, desde o acesso a mercados, matérias primas, linhas de comunicação, a movimentação em regiões chave do mundo. Dentre essas regiões, infere-se que sejam a do Indo-Pacífico, Europa e Oriente Médio.

FIGURA 1: Comandos Combatentes dos Estados Unidos



Fonte: ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. United States Unified Combatant Commands. December 2013. Disponível em: https://archive.defense.gov/home/features/2013/1213_cocom/. Acesso em 15 nov. 2019.

Para além de potências revisionistas, *rogue states* e grupos terroristas transnacionais, a instabilidade e fraca governança são vistas como ameaçando

interesses dos EUA. É inicialmente nessa perspectiva que a América Latina e Caribe entra em questão, na perspectiva do Hemisfério Ocidental.

2. Postura Estratégica dos Estados Unidos sobre a Presença Sino-Russa na Venezuela

Em consonância com a Estratégia de Segurança Nacional da administração Trump, a *National Defense Strategy* (ESTADOS UNIDOS, 2018a), liderada pelo então Secretário de Defesa James Mattis, apresenta uma percepção do ambiente estratégico internacional nos seguintes termos: primeiramente, entende que o ambiente global de segurança é caracterizado por desafios a ordem internacional, ligados a retomada da emergência da competição estratégia de longo prazo entre nações. Essa disputa entre grandes poderes se dá não apenas através da gramática da guerra, mas pela competição pela primazia e liderança em distintas expressões do poder. Conforme afirma a *National Defense Strategy*,

Tanto as potências revisionistas quanto os regimes párias [*rogue*] estão competindo em todas as dimensões do poder. Eles aumentaram os esforços antes do conflito armado, expandindo a coerção para novas frentes, violando princípios de soberania, explorando a ambiguidade e deliberadamente obscurecendo as linhas entre objetivos civis e militares.” (ESTADOS UNIDOS, 2018a).¹¹[tradução nossa].

Não obstante o documento não mencione a configuração de polaridade em curso, a multipolaridade, existe um claro entendimento quanto a erosão do poder americano. É nesse sentido que as transformações em curso dizem respeito a aspectos fundamentais da condição hegemônica dos Estados Unidos: a mudanças nas características da guerra e a necessária transformação em como o Departamento de

Defesa dos EUA conduz as suas respostas (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018a; IISS, 2018).

Segundo a Estratégia, as principais ameaças ao Hemisfério são a violência, o tráfico de drogas e a imigração ilegal. Esses problemas de segurança não apenas ameaçariam a segurança comum no Hemisfério, como contribuem negativamente para a realização de interesses como de oportunidades de mercado para bens e serviços dos EUA, como projetos de energia e infraestrutura e a expansão de investimentos externos diretos na região. Entre essa dialética de ameaças e interesses, surgem desafios aos Estados Unidos no Hemisfério, em particular na América Latina. Dentre esses, se destacam segundo a *National Security Strategy*, organizações criminosas transnacionais, governos autoritários e a presença de competidores que encontraram espaço operacional no Hemisfério (ESTADOS UNIDOS, 2017, p, 51). Segundo Faller (2019),

Os pontos fortes e as oportunidades de nosso hemisfério - democracia, respeito aos direitos humanos e Estado de Direito e relações militar-militar enraizadas na educação, cultura e valores - combinam-se com uma gama preocupante de desafios e ameaças à segurança global e nossa pátria. Isso inclui desastres naturais e causados pelo homem, instituições governamentais fracas, corrupção, organizações de segurança com poucos recursos, crimes violentos, organizações criminosas e células extremistas violentas. A China acelerou a expansão de sua Iniciativa do Cinturão e Rota em um ritmo que um dia poderá ofuscar sua expansão no sudeste da Ásia e na África. A Rússia oferece suporte a vários meios de informação, divulgando sua falsa narrativa de eventos mundiais e intenções dos EUA (FALLER, 2019, p. 1).¹² [tradução nossa].

¹¹ No original: “Both revisionist powers and rogue regimes are competing across all dimensions of power. They have increased efforts short of armed conflict by expanding coercion to new fronts, violating principles of sovereignty, exploiting ambiguity, and deliberately blurring the lines between civil and military goals.” (UNITES STATES OF AMERICA, 2017b).

¹² No original: “The strengths and opportunities of our hemisphere—democracy, respect for human rights and rule of law, and military-to-military relationships rooted in education, culture, and values— are matched with a troubling array of challenges and threats to global security and to our homeland. These include natural and man-made disasters, weak government institutions, corruption, under-resourced security

Como se constata na fala acima, dentre as potências extrarregionais a atuar no Hemisfério se destacam a China e a Rússia. A primeira, na busca por atrair para a sua órbita os países da América Latina através de empréstimos e investimentos estatais. A segunda, a apoiar regimes autoritários como Cuba e Venezuela, tal como buscando expandir laços militares e transferências de armas pela região. Nesse cenário de competição entre grandes potências de *status quo* (EUA) e revisionistas (China e Rússia), cada vez mais o Hemisfério Americano se torna palco da disputa geoestratégica.

A mudança de orientação na condução da grande estratégia dos Estados Unidos sob o Presidente Trump altera a intensidade e a forma com a qual se engaja com a América Latina. Na região, o caso mais sensível e ilustrativo de um engajamento mais assertivo por parte dos Estados Unidos é a Venezuela. O país caribenho, tal como Cuba e Nicarágua em menor intensidade, tem sido nos últimos anos uma cabeça de praia para a penetração de potências vistas por Washington como revisionistas. Com o agravamento da crise venezuelana, a dependência de Caracas de seus parceiros sino-russos aumentou consideravelmente, amplificando as possibilidades de conversão do espaço latino-americano como tabuleiro geoestratégico na disputa geopolítica entre os Estados Unidos, China e Rússia (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018b; ELLIS, 2018; KAPLAN E PENFOLD, 2019).

Em termos geopolíticos, a América Latina e Caribe são incorporados aos cálculos estratégicos de Moscou e Pequim de forma distinta. Além de classificar a Rússia como uma ameaça de segurança nacional, os Estados Unidos possuem a percepção de que Moscou busca enfraquecer a influência dos Estados Unidos no mundo, buscando causar divisões entre os EUA e seus aliados

organizations, violent crime, criminal organizations, and violent extremist cells. China has accelerated expansion of its Belt and Road Initiative at a pace that may one day overshadow its expansion in Southeast Asia and Africa. Russia supports multiple information outlets spreading its false narrative of world events and U.S. intentions.” (FALLER, 2019, p. 1).

(ESTADOS UNIDOS, 2017). Segundo a Estratégia de Segurança Nacional,

A Rússia tem como objetivo enfraquecer a influência dos EUA no mundo e nos separar de nossos aliados e parceiros. A Rússia vê a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) como ameaças. A Rússia está investindo em novas capacidades militares, incluindo sistemas nucleares que continuam sendo a ameaça existencial mais significativa para os Estados Unidos, e na desestabilização das capacidades cibernéticas. ▽ duras formas modernizadas de táticas subversivas, a Rússia interfere nos assuntos políticos domésticos de países ao redor do mundo. A combinação da ambição russa e o aumento das capacidades militares cria uma fronteira instável na Eurásia, onde o risco de conflito devido ao erro de cálculo russo está aumentando (ESTADOS UNIDOS, 2017, p. 25-26).¹³[tradução nossa].

Geograficamente, a influência russa construída nas últimas décadas logrou a construção de um triângulo estratégico, composto por Venezuela, Cuba e Nicarágua¹⁴. No tocante à gramática da força, a Rússia possui uma postura mais assertiva que a China na região, sendo possível observar motivações e ações de balanceamento brando e duro contra os Estados Unidos (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019b; GURGANUS, 2018).

¹³ No original: “Russia aims to weaken U.S. influence in the world and divide us from our allies and partners. Russia views the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and European Union (EU) as threats. Russia is investing in new military capabilities, including nuclear systems that remain the most significant existential threat to the United States, and in destabilizing cyber capabilities. ▽ rough modernized forms of subversive tactics, Russia interferes in the domestic political affairs of countries around the world. The combination of Russian ambition and growing military capabilities creates an unstable frontier in Eurasia, where the risk of conflict due to Russian miscalculation is growing.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017^a, p. 25-26).

¹⁴ Uma perspectiva mais detida sobre como os Estados Unidos avaliam a ameaça russa na região pode ser apreciada no documento “H.R.1477 - Russian-VenezuelanThreatMitigationAct”, da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América (ESTADOS UNIDOS, 2019a).

Também percebida como ameaça de segurança nacional, Pequim é caracterizado como uma potência revisionista. Enquanto a capacidade de atuação da Rússia se dá mais em sua própria região, em parte devido a sua limitação em termos de meios militares e informacionais, a China é vista como um competidor de longo prazo a nível global. Citando a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA,

Durante décadas, a política dos EUA estava enraizada na crença de que o apoio à ascensão da China e sua integração na ordem internacional do pós-guerra liberalizaria a China. Ao contrário de nossas esperanças, a China expandiu seu poder às custas da soberania de outros. A China reúne e explora dados em uma escala incomparável e espalha características de seu sistema autoritário, incluindo corrupção e o uso de vigilância. Está construindo as forças armadas mais capazes e mais bem financiadas do mundo, depois das nossas. Seu arsenal nuclear está crescendo e diversificando. Parte da modernização militar e expansão econômica da China se deve ao seu acesso à economia de inovação dos EUA, incluindo as universidades de classe mundial da América. (ESTADOS UNIDOS, 2017, p. 25).¹⁵[tradução nossa].

Na América Latina e Caribe, Pequim possui uma assertividade mais pujante no âmbito econômico, comercial e financeiro na região. A presença chinesa se expande desde os países latino-americanos banhados pelo Pacífico até a países mais próximos dos Estados Unidos, como México, Brasil e Chile (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019a).

¹⁵ No original: “For decades, U.S. policy was rooted in the belief that support for China’s rise and for its integration into the post-war international order would liberalize China. Contrary to our hopes, China expanded its power at the expense of the sovereignty of others. China gathers and exploits data on an unrivaled scale and spreads features of its authoritarian system, including corruption and the use of surveillance. It is building the most capable and well-funded military in the world, after our own. Its nuclear arsenal is growing and diversifying. Part of China’s military modernization and economic expansion is due to its access to the U.S. innovation economy, including America’s world-class universities.” (ESTADOS UNIDOS, 2017, p. 25).

Conforme observado, a condição de dominância hemisférica dos Estados Unidos vem sendo duplamente desafiada. Primeiramente pela desestruturação ocasionada por crises políticas e econômicas, com sérios transbordamentos de segurança para o país e reversão autoritária em países da região. Em segundo lugar, pelo aproveitamento dessas vulnerabilidades por potências como China e Rússia para operar na América Latina e Caribe, ajudadas em particular pelo vácuo de poder deixado pelos Estados Unidos durante suas longas campanhas militares em outras regiões do globo (LEIVA, 2019).

A partir dessas condições, ideias antes percebidas como sem lugar no debate sobre a atuação internacional dos EUA retomam com força. Dentre essas, destaca-se a retomada da Doutrina Monroe como expressão corrente entre importantes membros do governo Trump. Segundo Gibson (2019), a Doutrina Monroe comunica força dos Estados Unidos ao negar a outros países o Hemisfério Ocidental como espaço de atuação, ao passo em que também transmite a intenção de uma menor interferência dos EUA nos assuntos de outros países fora desse espaço. Em particular a América Latina e Caribe são percebidos como uma região problemática para os EUA. Primeiro, em razão da instabilidade política, retrocessos autoritários, desafios econômicos e seus transbordamentos para os Estados Unidos (imigração ilegal, tráfico de drogas, entre outros). Segundo, pois a região tem proporcionado oportunidades para atividades de China e Rússia, que buscam erodir a liderança dos EUA no Hemisfério. Nesse cenário, dois pilares básicos da Doutrina Monroe estariam sendo infringidos hodiernamente: a democracia liberal como único sistema político permitido na região e a vedação a qualquer grande potência extrarregional na América Latina (LEIVA, 2018).

É com base na conjuntura acima que a condução da Política Externa do governo Trump alterou o entendimento da administração Obama sobre a Doutrina Monroe. Em pronunciamento na OEA em

2013, John Kerry afirmara o fim da respectiva Doutrina. Alguns fatores ajudam a entender a retomada da Doutrina Monroe. Primeiramente, como abordado acima, os Estados Unidos percebem uma intensificação da competição internacional ilustrado pela emergência de potências revisionistas. Segundo, com o predomínio do enfoque na Europa, Ásia e Oriente Médio nas administrações anteriores, o “quintal” hemisférico teria sido descuidado, permitindo a penetração de grandes potências concorrentes dos EUA. Terceiro, essa penetração teria evoluído para a instalação de capacidades militares na região, alinhamentos políticos e busca por subverter o equilíbrio regional de poder de forma desfavorável aos EUA (LEIVA, 2018; ELLIS, 2018; GIBSON, 2019; FALLER, 2019).

Algo que contribui para a inferência de que a retomada da Doutrina Monroe, ou de uma política inspirada nela esteja em vigor, foi utilização nominal dessa expressão em discursos de importantes membros da administração Trump, como Rex Tillerson ex-Secretário de Estado (Gramer e Johnson, 2018); James Mattis, ex-Secretário de Defesa Estados Unidos, 2018b); e John Bolton, ex-Conselheiro de Segurança Nacional (The Economist, 2019).). Ideia não restrita a ex-membros do gabinete Trump, o atual Secretário de Estado Mike Pompeo, faz eco ao entendimento de que não apenas o padrão de relacionamento dos EUA com a América Latina mudou, como faz referência a Doutrina Monroe como referência da política da administração Trump para a América Latina (TAYLOR, 2019).

Ecoando os entendimentos apontados tanto na *National Security Strategy* (ESTADOS UNIDOS, 2017) como na *National Defense Strategy* (ESTADOS UNIDOS, 2018a), Rex Tillerson e John Bolton percebia que o movimento de busca pela preponderância regional da China no Mar do Sul da China e da Rússia em suas fronteiras agora transbordavam de suas esferas regionais, trazendo a disputa geopolítica para dentro do Hemisfério Ocidental. Essa geopolítica se processaria em distintas arenas, como a econômica,

diplomática e militar, com importantes repercussões para a segurança e interesse dos Estados Unidos.

De acordo com essas leituras, a crescente presença russa afetaria não apenas o balanço militar regional – com a transferência de armas para países hostis aos EUA – mas contribuiria para minar o respeito a valores democráticos, dado o seu apoio a regimes como de Cuba, Venezuela e Nicarágua (LEIVA, 2019). Em discordância com essa avaliação, Pequim compreende a atuação de Caracas junto a potências extrarregionais como uma questão soberana, atrelada ao princípio de não-intervenção (CHINA, 2016; CHINA, 2019). Com uma pegada econômica cada vez maior, a China é vista como usando a economia para atrair a região para a sua órbita. Destaque-se que a leitura da administração sobre a presença chinesa na América Latina realiza uma leitura “Imperial” das ações de Pequim na região (GRAMER e JOHNSON, 2018).

No contexto da intromissão de potências extrarregionais no Hemisfério Ocidental, a Doutrina Monroe é percebida como uma estratégia que deve ser resgatada. Em discurso em Austin (Texas), Tillerson afirmou que a Doutrina Monroe, iniciada em 1823, foi claramente um sucesso, tal como o Corolário Roosevelt¹⁶ de 1904. Ambos, Doutrina e Corolário, teriam servido para impedir com que potências europeias interferissem no Hemisfério. Guardada as devidas proporções históricas, essa situação seria análoga ao momento vigente (GRAMER e JOHNSON, 2018). Enquanto que para a China e Rússia, a fragmentação política e ideológica na América Latina, evidenciada pela crise da Venezuela, gera oportunidades para expandir sua influência e balancear os Estados Unidos (ELLIS, 2018; KAPLAN e PENFOLD; 2019; McKAY, 2019), para Washington a crise do país caribenho torna possível que segmentos da administração

¹⁶ Sobre o Corolário Roosevelt, ver “Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine, 1904”, Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1899-1913/roosevelt-and-monroe-doctrine>. Acesso em: 15 de nov. 2019.

Trump favoráveis a uma postura mais ativa na região resgatem princípios como a Doutrina Monroe. Justificando a defesa da segurança hemisférica e dos interesses americanos, busca-se defender a primazia e dominância dos Estados Unidos nas Américas como única potência hegemônica nesta esfera de influência. Com o advento do Hemisfério como novo tabuleiro de competição entre grandes poderes, observa-se nas falas de Tillerson e Bolton que apesar da ampla presença regional dessas chamadas potências revisionistas, a Venezuela constitui o principal ponto de tensão, evidenciando os contornos em que o jogo se processa no cenário regional. Por isso, o emprego de distintas ferramentas do poder americano, como economia, política e diplomacia, estariam à disposição de Washington para derrubar o regime de Nicolas Maduro (LEIVA, 2019). Nos marcos dessa conjuntura em que a disputa geopolítica se expande para a América Latina e Caribe, a Doutrina Monroe retoma para expressão corrente do *mindset* de Washington para a região. Como exemplo da afirmativa acima, ao discursar contra o que denomina de “Troika da Tirania” (Venezuela, Cuba e Nicarágua), Trump afirmou que “Desde o Presidente Monroe, é política formal de nosso país rejeitarmos a interferência de nações estrangeiras neste hemisfério”¹⁷.

Entretanto, não existe consenso entre os analistas se o ressurgimento da Doutrina Monroe no governo Trump seria um fato ou apenas um instrumento de retórica política. Para analistas que acompanham América Latina como Detlef Nolte (2018), apesar da evocação da Doutrina Monroe no governo Trump contra a presença de China e Rússia em questões de interesse americano na região, existiria ainda uma postura de negligência para com a América Latina. Posição essa endossada por Ellis (2018). Segundo Nolte (2018), um exemplo disso seria o fato de que o Presidente Trump ter sido o primeiro presidente dos EUA a não participar de uma

Cúpula das Américas. Outro complicador para o emprego da respectiva Doutrina são sinalizações ambíguas dos EUA. Ao passo em que aumentam o perfil de relevância da região ao enunciar a presença de Rússia e China na América Latina como ameaças à segurança nacional, a administração Trump tem incorrido em pressões e litígios com países importantes nessa dinâmica, como o México por exemplo (NOLTE, 2018). Citando analistas como Cynthia Arnson, Gramer e Johnson (2018) observam que a própria ideia de reavaliação do papel estratégico da América Latina na grande estratégia dos EUA ainda seria uma batalha dentro da própria administração Trump. O ponto de aparente convergência entre a posição de retomada de uma lógica tipo Doutrina Monroe e da Política Externa Trump parece ser a Venezuela.

3. Respostas dos Estados Unidos ao Desafio à sua Dominância Hemisférica: implicações para o Brasil e o Exército

Somadas as sanções unilaterais de Washington contra Caracas e a extensão para a Venezuela da disputa geopolítica entre as grandes potências no Hemisfério Americano, os Estados Unidos tem buscado incrementar, de forma multi ou unilateral, o seu engajamento com parceiros regionais. Dentre esses, o presente artigo destaca a Colômbia, Chile e o Brasil.

Em fala recente do comandante do USSOUTHCOM ao *Armed Services Committee* do Senado dos Estados Unidos, Craig G. Faller, afirma-se que os EUA têm buscado melhorar a parceria com o Brasil, Colômbia e Chile, países vistos como forças para a segurança regional e global. O almirante também mencionou o revigoramento da aproximação na interação militar com a Argentina na administração Macri e a expressiva troca de oficiais de ligação entre o Peru e o USSOUTHCOM (FALLER, 2019, p. 2). Outro ponto de destaque na fala de Faller é a atuação conjunta de países da região, entre os quais o Brasil,

¹⁷ No original: “It has been the formal policy of our country since President Monroe that we reject the interference of foreign nations in this hemisphere,” (NEWMAN, 2019).

junto ao *Special Purpose Marine Air-Ground Task Force* (SPMAGTF) (FALLER, 2019, p. 2; BRASIL, 2019).

Para além da cooperação em temas sensíveis para os Estados Unidos na América Latina, como *peacekeeping* e combate às drogas, essas ações são percebidas como construindo interoperabilidade para operações expedicionárias também no ambiente espacial e cibernético. Sobre esse ponto Faller pontua os seguintes eventos como marcos: o fato de que o Brasil ter sido o primeiro país da região a assinar o *Space Situational Awareness Agreement*, a inclusão da Colômbia como primeiro país latino-americano a receber o status de *NATO Global Partner* e a participação do Chile como primeiro país da América Latina a participar no exercício naval RIMPAC – *Rim of the Pacific* (FALLER, 2019, p.3). Somado a cooperação de países da região com os Estados Unidos, Faller destaca a participação dos EUA em exercícios multinacionais (UNITAS, PANAMAX e CRUZEIRO DO SUL) como outra forma importante de aumentar o entendimento mútuo, a interoperabilidade e a prontidão coletiva (FALLER, 2019, p.4).

Parceiro dos Estados Unidos desde o final dos anos 1990, a Bogotá aprofundou seu relacionamento com Washington fortemente amparado no Plano Colômbia ao longo dos anos 2000. Como reflexos desse alinhamento ocorreram mudanças doutrinárias (da contraguerrilha para a contrainsurgência), mudanças organizacionais na sua estrutura militar, inclusive a adoção de entendimentos de Washington em relação à agenda de segurança Hemisférica, em particular a incorporação do terrorismo como problema central da agenda de segurança.

Passados cerca de 20 anos do aprofundamento dos laços entre Washington e Bogotá, a Colômbia logrou a adesão em 2018 a condição de sócio global da OTAN (DUSSÁN, 2018). Não obstante os Estados Unidos e a OTAN sejam entidades distintas na política internacional, Washington é o principal ator da aliança atlântica. Ademais, outros países que lograram *status* similar ao da Colômbia, como a Austrália, Coreia do Sul

e Nova Zelândia, são aliados dos Estados Unidos e estão em regiões em que o equilíbrio de poder favorável aos Estados Unidos é sensível. Fora do âmbito euro-atlântico, a OTAN possui um arco de países com os quais mantém relações, em particular os “*partners across the globe*”¹⁸ (NATO, 2018). Embora a aproximação com os Estados Unidos date de 1999, a Colômbia ensejou ações para fins de diálogo e cooperação com a OTAN a partir de 2013. Note-se que ao fazê-lo, Bogotá se coloca em convergência com a leitura atlantista sobre desafios globais de segurança, que são os seguintes: segurança cibernética, segurança marítima, terrorismo e suas ligações com o crime organizado, apoio a esforços de paz e segurança (segurança humana) e por fim, a construção de capacidades para as forças armadas colombianas (NATO, 2018).

É importante destacar que, ao lado de uma incorporação de agenda de segurança e defesa por parte de Bogotá, a aproximação com os EUA e a OTAN são percebidas como contribuindo para a modernização militar no país. No campo geopolítico, essa aproximação consolida a posição de Colômbia e Venezuela em polos opostos. O primeiro, aliado de potências percebidas por Washington como de *status quo*, o segundo aliando-se a potências revisionistas. No contexto específico da crise venezuelana, Bogotá tem sofrido desde ondas de migração maciças de refugiados venezuelanos até processos de militarização das fronteiras que poderiam ser lidos à luz de barganhas militarizadas interestatais (IISS, 2018; MARES, 2001; MARES, 2012). Dessa forma, a Colômbia se posiciona geopoliticamente como aliada de um dos polos em disputa global e regionalmente. Se o território venezuelano é uma cabeça de praia para a penetração de China e Rússia, a contraparte colombiana cede espaço para os EUA e OTAN.

Outro ator potencialmente expressivo para os Estados Unidos em sua estratégia regional é o Brasil. Em sintonia com aproximação buscada pelo então eleito

¹⁸ Sobre *Nato Partners*, ver NATO (2019).

Presidente Bolsonaro¹⁹, a administração Trump designou o Brasil como *Major Non-NATO Ally* (MNNA). Caso distinto do da Colômbia, a qual faz parte de uma categoria de sócios de uma organização multilateral, o Brasil foi elevado à categoria de MNNA por ato unilateral do Presidente Trump. Com esse status se pretende reforçar as relações bilaterais e o apoio de Washington em questões como planejamento de defesa, aquisições e treinamento (ESTADOS UNIDOS, 2019b). Dentre as vantagens previstas pelo status de MNNA estão a colaboração no desenvolvimento de tecnologias de defesa; acesso privilegiado a indústria de defesa dos Estados Unidos e crescente intercâmbio militar, exercícios e treinamentos, tal como acesso especial a financiamento de equipamento militar americano (ESTADOS UNIDOS, 2019). Numa conjuntura em que Rússia e China buscam expandir suas vendas de equipamento militar nos mercados latino-americanos, como MNNA os Estados Unidos estendem ao Brasil acesso preferencial a venda de seu excedente militar através do *Foreign Military Sales programme* (BARREIRA, 2019). Não obstante declaração oficial do Brasil, que privilegia os potenciais ganhos da parceria para a Base Industrial de Defesa (BRASIL, 2019a), deve-se ter em tela que o comércio de armamentos é fundamentalmente político e geopolítico, reforçando a percepção de um alinhamento entre Brasília e Washington.

Recentemente outro ato de aproximação foi levado a diante. Em 2019, pela primeira vez um General brasileiro foi designado para fazer para atuar no Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM). Não obstante outros militares brasileiros já atuassem no órgão, o envio de um general sinaliza um status mais elevado nas relações entre Estados Unidos e Brasil (GIELOW,

¹⁹ Deve-se frisar que em distintos momentos a trajetória de aproximação entre EUA e Brasil foi buscada. Na presente década, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo de cooperação em Defesa durante os governos Dilma e Obama. Porém, as relações esfriaram após o escândalo do WikiLeaks. As relações entre Washington e Brasília voltaram a bom tom no governo Temer, tendo a possibilidade de elevar a outro patamar na atual administração.

2019). Entre as suas funções, o general brasileiro atua em tema forte do Comando Sul: interoperabilidade e capacidade de atuação multinacional em questões de desastres naturais e assistência humanitária (RODRIGUES, 2019). Entretanto, apesar do predomínio de temáticas mais afeitas a segurança do que a defesa, o USSOUTHCOM é parte da estrutura de planejamento americano que divide o globo em áreas de responsabilidade regionais, sob autoridade de Comandos Combatentes Unificados (*Unified Combatant Commands*)²⁰. Isto dito, é importante citar que o Comando Sul tem como seu encargo implementar e projetar a política externa de segurança dos EUA para as Américas Central e do Sul, tal como assegurar a defesa do canal do Panamá (RODRIGUES, 2019).

Em face de um cenário em que a área de responsabilidade do USSOUTHCOM se converte em área de disputa entre os Estados Unidos e grandes potências, o Brasil – apesar da tradicional postura pragmática e equidistante da Política Externa Brasileira – se coloca em contato com a competição geoestratégica. Assim sendo, não obstante uma postura de não-alinhamento automático possa ser sustentada pelo Brasil, a comunicação estratégica que realiza pode ser no sentido de um alinhamento estrito com Washington.

Entretanto, a manutenção do país no BRICS, o pragmatismo comercial mantido até então e o cortejar da China em relação a investimentos no Brasil pode enviar a Washington mensagens confusas sobre o possível alinhamento do Brasil aos EUA. Nesse sentido, entende-se que a condição de ambivalência estratégica, tão bem conduzida pelo país no período prévio a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, talvez seja a postura político-diplomática mais acertada para buscar ganhar o máximo possível dos lados em disputa. Porém, no caso da crise da Venezuela e da progressiva penetração chinesa na região, urge indagar o quanto a posição de relativa neutralidade de

²⁰ Ver a Figura 1.

Brasília não poderá contribuir para que este perca ainda mais terreno em seu próprio imediato estratégico.

Conclusão

O artigo em tela teve como problema de investigação a análise do engajamento dos Estados Unidos da América na crise da Venezuela. Para tal efeito, buscou-se compreender através da análise da grande estratégia americana, a sua geopolítica e posturas estratégica para o Hemisfério Ocidental. Na primeira seção, intitulada *Grande Estratégia e Geopolítica dos Estados Unidos para a América Latina e Caribe* buscou-se precisar a caracterização da atual grande estratégia e geopolítica dos EUA para a região. Com base nas tipologias sobre correntes da política externa americana, analisamos como a administração Trump se diferencia em sua abordagem internacional quando comparado a George W. Bush e Barak Obama. Apesar de representarem partidos distintos, ambos os presidentes são percebidos como parte de tradições de grande estratégia preponderantes desde o final da Segunda Grande Guerra, Wilsonianos e Hamiltonianos. Identificado como um Jacksoniano, o advento de Donald J. Trump ao poder marca um movimento de mudança aguda em relação às correntes previamente dominantes.

O estudo da grande estratégia americana foi aprofundado pela análise de dois dos principais documentos do país: a *National Security Strategy* e a *National Defense Strategy*. Com base no estudo da arquitetura intelectual por trás da cosmovisão de Trump, abordamos como a atual administração avalia o que entende pela atual condição dos Estados Unidos após as administrações Bush e Obama: atrofia estratégica, perda de poder relativo, erosão de suas capacidades militares. Observamos que a partir de um aporte Jacksoniano, o qual identifica os erros de um *Imperial overstretch*, a grande estratégia e a geopolítica do governo Trump optam por um enfoque nacionalista, tanto no campo econômico como político.

Entretanto, percebemos que são dois grandes desafios de segurança percebidos pela administração Trump: primeiro, o acirramento da disputa entre grandes potências – notadamente China e Rússia – e segundo, a deterioração das condições sob as quais assentam a primazia dos Estados Unidos como primeira potência no mundo. É imerso nessa configuração de ideias que o artigo abordou como a presidência Trump reage à crescente influência russa e chinesa na América Latina e Caribe, com atenção especial a crise da Venezuela como convergência na região dos fenômenos aludidos acima.

Na segunda seção do artigo, de título *Postura Estratégica dos Estados Unidos sobre a Presença Sino-Russa na Venezuela*, investigamos como os EUA percebem o transbordamento da disputa geopolítica entre ele, Rússia e China agora para o Hemisfério Americano. Salientamos no texto como diversos membros da administração Trump buscaram inserir as relações hemisféricas – especialmente a política externa de segurança americana - na moldura da Doutrina Monroe. Sintoma do desafio de sua condição de dominância hemisférica e pelo transbordamento para a região da disputa geopolítica eurasiática observou-se no atual governo americano uma possível mudança da avaliação estratégica da América Latina

A terceira seção, *Respostas dos Estados Unidos ao Desafio à sua Dominância Hemisférica: implicações para o Brasil e o Exército*, buscou apresentar os possíveis rebatimentos para o Brasil da atual configuração geopolítica na região. Para tal, a seção abordou o cenário a partir de como os Estados Unidos reage frente aos desafios de segurança no Hemisfério. Foram apresentados os distintos esforços para incluir países da América do Sul em arranjos de segurança liderados pelos EUA, dentre os quais o USSOUTHCOM, OTAN e relações especiais bilaterais. Nessa questão debatemos as recentes experiências da inclusão da Colômbia como *NATO Global Partner* e a atribuição ao Brasil pelos Estados Unidos do status de *Major non-NATO ally*. Para melhor compreender a questão sob a ótica dos

Estados Unidos, o artigo se valeu do depoimento do comandante do Comando Sul dos Estados Unidos ao Senado sobre a região. Inferimos que a posição intermediária do Brasil – membro do BRICS e se aproximando de Washington – pode ensejar uma condição de ambivalência estratégica, postura político-diplomática delicada, porém útil para buscar ganhar o máximo possível dos lados em disputa.

Em articulação com o que foi exposto, o artigo conclui que no contexto de uma crescente presença sino-russa no cenário latino-americano, ambiente de tradicional influência dos Estados Unidos, os Estados Unidos buscam reagir através da tentativa de negação de acesso e espaço na região a seus rivais. Não obstante ideias como Doutrina Monroe tenham aparecido com frequência nos últimos anos, não se observa ainda uma posição mais enfática por parte de

Washington no sentido de lançar mão entre sócios latino-americanos de um esquema de contenção similar ao existente na Europa. Apesar da crescente presença sino-russa na América Latina constar como problema de segurança nacional, as ações de coordenação na região ainda são fundamentalmente para temas ligados a ameaças de segurança, como tráfico de drogas, assistência humanitária e alívio a desastres.

Referências

BABONES, Salvatore. “Trump's Foreign Policy Successes Show Principled Realism in Action”. NationalInterest, September 26, 2018. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/trumps-foreign-policy-successes-show-principled-realism-action-32042>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BARREIRA, Victor. “US designates Brazil as a major non-NATO ally”. Jane’s Defense Weekly, August 05, 2019. Disponível em: <https://www.janes.com/article/90292/us-designates-brazil-as-a-major-non-nato-ally>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL. Marinha do Brasil. “Marinha do Brasil participa, em Honduras, da abertura da SpecialPurpose Marine Air GroundTask Force Southern Command 19”. 02 de Fevereiro, 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-participa-em-honduras-da-abertura-da-special-purpose-marine-air-ground>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CHINA. *Full text of China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Nov. 24, 2016. The State Council - The People’s Republic of China. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm, Acesso em: 02 jul. 2019.

CHINA. *Ministry of Foreign Affairs*. “Wang Yi Talks About the Venezuelan Issue”. Fev. 27, 2019. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/ldmzs_664952/gjlb_664956/3538_665158/3540_665162/t1642044.shtml. Acesso em: 14 mar. 2019.

DUSSÁN, Yolina. “Colômbia se torna sócio global da OTAN”. Dialogo, 08 de agosto, 2018. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/colombia-a-global-nato-partner/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ELLIS, Evan. *The Future of Latin America and the Caribbean in the Context of the Rise of China*. Center for Strategic and International Studies, CSIS Americas Program. November 21, 2018. https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/181119_FutureofLatinAmerica.pdf?fMECdCfwt7zdU7MyR9OFme08CFXWHti_>, Acesso em: 02 jul. 2019.

ESTADOS UNIDOS. Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América. “H.R.1477 - Russian-Venezuelan Threat Mitigation Act”, March 25, 2019a. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/1477>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ESTADOS UNIDOS. U.S. Embassy&Consulates in Brazil. “Major Non-Nato Ally”, Mach 19, 2019b. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/major-non-nato-ally/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. Summary of the 2018 National Defense Strategy of The United States of America: Sharpening the American Military’s Competitive Edge. Washington D.C., 2018a.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. “Press Gaggle by Secretary Mattis En Route to Brasilia”. August 12, 2018b. Disponível em: <https://www.defense.gov/Newsroom/Transcripts/Transcript/Article/1599862/press-gaggle-by-secretary-mattis-en-route-to-brasilia/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ESTADOS UNIDOS. The White House. National Security Strategy of the United States of America. December 2017.

FALLER, Craig S. “Posture Statement of Admiral Craig S. Faller Commander, United States Southern Command Before The 116th Congress Senate Armed Services Committee”, February 7, 2019. United States Southern Command – USSOUTHCOM. Disponível em: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM_2019_Posture_Statement_Final.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

GIBSON, Chris. “Principled Realism and The Monroe Doctrine”. Hoover, September 6, 2019. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/principled-realism-and-monroe-doctrine>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GIELOW, Igor. “Brazilian General Assigned To The US Southern Command”. Folha de S. Paulo, February 14, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/world/2019/02/brazilian-general-assigned-to-the-us-southern-command.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GIELOW, Igor. “General brasileiro no Comando Sul dos EUA nega subordinação a Washington”, Folha de S. Paulo, 25 de Fevereiro, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/general-brasileiro-no-comando-sul-dos-eua-nega-subordinacao-a-washington.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GRAMER, Robbie; JOHNSON, Keith. “Tillerson Praises Monroe Doctrine , Warns Latin America of ‘Imperial’ Chinese Ambitions”. Foreign Policy, February 2, 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/02/02/tillerson-praises-monroe-doctrine-warns-latin-america-off-imperial-chinese-ambitions-mexico-south-america-nafta-diplomacy-trump-trade-venezuela-maduro/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GURGANUS, Julia. “Russia: Playing a Geopolitical Game in Latin America”. *Carnegie Endowment for Peace*. May 03, 2018. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2018/05/03/russia-playing-geopolitical-game-in-latin-america-pub-76228>, Acesso em: 12 set. 2019.

IISS. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2018: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2018.

KAPLAN, Robert D. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Tradução Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KAPLAN, Stephen B., PENFOLD, Michael. “China and Russia have deep financial ties to Venezuela. Here’s what’s at stake.” *Washington Post*, Monkey Cage Analysis. February 22 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/02/22/china-russia-have-deep-financial-ties-venezuela-heres-whats-stake/>. Acessoem: 12 set. 2019.

LAYTON, Peter. “US-China competition is all about us”. LowyInstitute, 7 December 2018. Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/uschina-competition-all-about-us>>, Acesso em: 29 mai. 2019.

LEIVA, Diego. “The Monroe Doctrine revival”. LowyInstitute, February 14, 2018. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/monroe-doctrine-revival>. Acessoem: 14 nov. 2019.

MARES, David R. *Latin America and the Illusion of Peace*. International Institute for Strategic Studies, Adelphi series. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2012.

MARES, David R. *Violent Peace: militarized interstate bargaining in Latin America*. New York: Columbia University Press, 2001.

McKAY, Hollie. “Why Russia, China are fighting US push against Venezuela’s Maduro”. *Fox News*. January 30, 2019. Disponível em: <<https://www.foxnews.com/world/why-russia-china-are-fighting-us-push-against-venezuelas-maduro>>. Acessoem: 12 mar. 2019.

MEAD, Walter Russell. “The Jacksonian Tradition: And American Foreign Policy.” *The National Interest*, no. 58 (1999): 5-29.

MEAD, Walter Russell. “The Jacksonian Revolt”. *Foreign Affairs*, January 20, 2017. Disponível em: <https://www.hudson.org/research/13258-the-jacksonian-revolt>. Acessoem: 14 nov. 2019.

MORGAN, Daniel S. “The Trump doctrine: Principled realism or endemic confusion?”. *The Hill*, October 13, 2019. Disponível em: <https://thehill.com/opinion/national-security/465329-the-trump-doctrine-principled-realism-or-endemic-confusion>. Acessoem: 14 nov. 2019.

NATO. *North Atlantic Treaty Organization*. “Partners”. September 25, 2019. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/51288.htm>. Acessoem: 14 nov. 2019.

NATO. *North Atlantic Treaty Organization*. “Relations with Colombia”. December 6, 2018. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_143936.htm. Acessoem: 14 nov. 2019.

NEWMAN, Lucia. “Trump revives Monroe Doctrine as warning to China and Russia”. Aljazeera, June 19, 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/amp/news/2019/06/trump-revives-monroe-doctrine-warning-china-russia-190619060326024.html>. Acesso em: 14 nov. 2019.

NOLTE, Detlef. “ump and Latin America: Between the Monroe Doctrine and Neglect”. GIGA Focus - Latin America, Number 03, May 2018. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publication/trump-and-latin-america-between-the-monroe-doctrine-and-neglect>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ONER, Imdat; SHEHADEH, Lana. “In Venezuela, an isolated Maduro searches for allies across the globe”. *War on the Rocks*. January 30, 2019. Disponível em: <https://warontherocks.com/2019/01/in-venezuela-an-isolated-maduro-searches-for-allies-across-the-globe/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RODRIGUES, Alex. “Brazil agent to lead subcommand of US Southern Army”. Agência Brasil, EBC, 25 de Fevereiro, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/internacional/noticia/2019-02/brazil-agent-lead-us-army-south>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ROMANA, Heitor Barras. “Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistêmica e Interdisciplinar”. *R. Esc. Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 13-32, jan/abr. 2016.

TAYLOR, Adam. “What is the Monroe Doctrine? John Bolton’s justification for Trump’s push against Maduro”. *Washington Post*, March 4, 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2019/03/04/what-is-monroe-doctrine-john-boltons-justification-trumps-push-against-maduro/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. A Geopolítica da China na Crise da Venezuela. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 7-22, ago. 2019a. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2587>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. “Geopolítica e Postura Estratégica da Rússia na Crise da Venezuela”. Análise Estratégica. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2019b. [No Prelo].

_____. Postura Estratégica dos Estados Unidos e uso da Força. Centro de Estudos Estratégicos do Exército : Análise Estratégica, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 5-17, ago. 2018a. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/1636>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. “A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações Geoestratégicas para o Brasil”. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Artigos Estratégicos, v. 5, n. 2, p. 7-30, dez. 2018b. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExArE/article/view/2096>. Acesso em: 13 mar. 2019.

THE ECONOMIST. “John Bolton and the Monroe Doctrine”. *The Economist*. May 9th 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2019/05/09/john-bolton-and-the-monroe-doctrine> THE ECONOMIST 2019, Acesso em: 12 set. 2019.

YOSHITANI, Gail. “Jeane Kirkpatrick and the Roots of Principled Realism”. *War on he Rocks*, October 9, 2018. Disponível em: <https://warontherocks.com/2018/10/jeane-kirkpatrick-and-the-roots-of-principled-realism/>. Acesso em: 14 nov. 2019.